

BOBBIO LEITOR DE GRAMSCI: ELEMENTOS PARA UMA TEORIA GRAMSCIANA DAS ELITES

BOBBIO GRAMSCI READER: ELEMENTS FOR A GRAMSCIAN ELITE THEORY

Giuseppe Tosi¹

Recebido em: 08/2019

Aprovado em: 10/2019

Resumo: A teoria das elites, elaborada por Pareto, Mosca e Michels, é uma teoria antidemocrática porque nega o princípio fundador da democracia, ou seja, a competência política dos cidadãos. A teoria, porém, admite várias leituras, inclusive uma leitura democrática, que influenciou na Itália autores liberais, e antifascistas como Gobetti, Dorso, Burzio, Einaudi, Croce, Salvemini. Bobbio interpreta esta vertente democrática do elitismo não como a negação da existência de regimes democráticos, mas como uma visão realista da “democracia como ela é”, e não idealista de “como ela deveria ser”. Bobbio se insere assim entre os autores que se inspiraram na doutrina do elitismo democrático, como Hans Kelsen e Joseph Schumpeter. A partir desta perspectiva, Bobbio analisa a influência que o elitismo teve sobre a esquerda socialista e comunista italiana e internacional, em particular sobre o pensamento de Antonio Gramsci. O presente trabalho que discutir, a partir de Bobbio, uma possível leitura “elitista” do pensamento político gramsciano, mostrando as críticas e as diferenças profundas que o separam dos elitistas, mas ao mesmo tempo os elementos de uma teoria gramsciana elitista presente em alguns conceitos-chave da sua concepção política: os intelectuais, o partido, a hegemonia, o bloco histórico, a relação vanguarda/massa, intelectuais/povo, governantes/governados.

Palavras-chave: Teoria das Elites; Elitismo Democrático; Antonio Gramsci; Norberto Bobbio.

Abstract: The theory of elites, elaborated by Pareto, Mosca and Michels, is an undemocratic theory because it denies the founding principle of democracy, that is, the political competence of the citizens. The theory, however, admits several readings, including a democratic reading, which influenced in Italy liberal and antifascist's authors like Gobetti, Dorso, Burzio, Einaudi, Croce, Salvemini. Bobbio interprets this democratic strand of elitism not as a denial of the existence of democratic regimes, but as a realistic view of "democracy as it is" rather than idealistic of "as it should be." Bobbio thus fits in with authors who were inspired by the doctrine of democratic elitism, such as Hans Kelsen and Joseph Schumpeter. From this perspective, Bobbio analyzes the influence that elitism had on the Italian and international socialist and communist left, in particular on Antonio Gramsci's thinking. The present work discusses, from Bobbio, a possible “elitist” reading of Gramscian political thought, showing the critiques and profound differences that separate it from elitists, but at the same time the elements of an elitist Gramscian theory present in some concepts of its political conception: the intellectuals, the party, the hegemony, the historical bloc, the avant-garde/mass, intellectuals/people, rulers/governed relationship.

Keywords: Elite Theory. Democratic elitism. Antonio Gramsci. Norberto Bobbio.

¹ Professor de Departamento de Filosofia e dos Programas de pós-graduação em Filosofia e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas do CCHLA-UFPB. E.mail: pinuccio@uol.com.br.

A teoria das elites

A teoria das elites foi elaborada entre o final do século XIX e o início do século XX por dois sociólogos italianos, Vilfredo Pareto (1848-1923) e Gaetano Mosca (1858-1941) e um cientista político alemão, naturalizado italiano, Robert Michels (1876-1936). A teoria das elites não é uma teoria democrática, porque nega o princípio fundador da democracia, ou seja, a competência política dos cidadãos. Segundo tal doutrina, em todos os regimes políticos, inclusive naquele democrático, nunca é o “povo” que governa, mas são sempre “elites”: econômicas, políticas, sociais, religiosas, tecnológicas².

Conforme Bobbio, os elitistas se inserem na tradição do realismo político inaugurado em tempos modernos por Maquiavel (mas já presente em Tucídides)³ e se apresentam como fundadores de uma “ciência política”, a partir da qual fazem uma crítica às ideologias e às utopias. Nos fundadores, especialmente em Pareto e Michels, a ciência política assume principalmente uma função de política conservadora para desmascarar a utopia como falsa ciência. Afirma Bobbio: “O pensamento científico se assume como antítese do pensamento utópico. [...] A tarefa da ciência política é de libertar os homens da miragem revolucionária e induzi-los a aceitar simplesmente, com alguma adaptação, o sistema vigente”⁴.

Entre as definições de elites, a mais abrangente é aquela dada por Gaetano Mosca, em 1896, na obra *Elementos de Ciência Política*, citada no *Dicionário de Política* de Bobbio:

Em todas as sociedades [...] existem duas classes de pessoas: as dos governantes e as dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, assume todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos legal ou de modo mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo a ela, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político⁵.

O “núcleo duro” da doutrina, que possui variações conforme os autores, é expresso pela

² O estudo mais abrangente dos elitistas publicado no Brasil e o de Norberto Bobbio no livro *Ensaio sobre a ciência Política na Itália* (Brasília: UnB, 2002), assim como nos verbetes sobre o tema presentes no *Dicionário de Política* (Brasília: UNB, 1986). Ver também HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das elites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

³ PORTINARO, Pier Paolo. *Il realismo politico*. Roma-Bari: Laterza, 1999. Trad. espanhola: *El realismo político*, Buenos Aires: Editorial Nueva Visión, 2007.

⁴ BOBBIO, 2002, p. 19.

⁵ BOBBIO, 1986, p. 385.

famosa (e famigerada, como acrescenta Bobbio) “lei de ferro da oligarquia” de Michels, segundo a qual todo regime político, inclusive a democracia seria uma variável da oligarquia:

A organização é a mãe do predomínio dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os delegantes. Quem diz democracia diz organização, quem diz organização diz oligarquia, portanto, quem diz democracia diz oligarquia⁶.

Em nenhum sistema e em nenhuma época histórica, afirmam os elitistas – desde as organizações sociais e políticas mais primitivas até as civilizações mais avançadas e cultas –, nunca foi “o povo” quem governou, mas sempre um grupo restrito de elites (Pareto) ou uma classe dirigente (Michels) ou uma classe política (Mosca).

A teoria das elites não é uma novidade na tradição política ocidental, aliás é uma sistematização e um refinamento nos moldes da sociologia e da ciência política positivista de um “pré-conceito” (*vorbegriffe*, para usar a terminologia de Hegel) que dominou toda a história do pensamento político.

Em Mosca, a ciência política se dedica mais a um estudo “empírico ou sociológica” da formação e da organização do poder e, em particular pela “descoberta de que cada sociedade, existe uma classe particularmente dedicada ao exercício dessa função”, o que Mosca chama de classe política⁷. Afirma Mosca em 1896, nos *Elementos de Ciência Política* que:

Em todas as sociedades [...] existem duas classes de pessoas: as dos governantes e as dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, assume todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos legal ou de modo mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo a ela, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político⁸.

Comenta Bobbio:

A teoria principal que Mosca formulou, e cuja sorte está presa à sua fama, a teoria da classe política, não só não foi desmentida até agora, como ainda hoje é um dos pontos essenciais da ciência política, quase uma opinião comum em relação à qual o ônus da prova cabe àqueles que a refutam, não àqueles que a aceitam⁹.

⁶ MICHELS, Robert, in BOBBIO, et alii. 1986, p. 386.

⁷ MOSCA, Gaetano. *Elementi di scienza politica*. 2. ed. Torino: F.lli Bocca, 1923.

⁸ MOSCA *apud* BOBBIO, 1986, p. 385.

⁹ In: BOBBIO, 1986, p. 203.

A teoria das elites admite várias leituras possíveis, inclusive uma leitura democrática, que inicia com os próprios autores elitistas. Num primeiro momento, a teoria das elites, afirma Bobbio:

Serviu de bacia coletora de todos os humores antidemocráticos e antissocialistas, provocados pelo aparecimento do movimento operário. E permitiu formular, de uma maneira que até então não tinha sido assim tão nítida, a antítese elite/massa, onde o termo positivo era o primeiro e negativo o segundo¹⁰.

Porém, aos poucos, ela foi “separada” do seu caráter ideológico e acolhida como uma “teoria historicamente correta”, por seu valor científico, por em autores liberais democráticos e antifascistas como Pietro Gobetti, Dorso e Burzio, Einaudi e Croce, Salvemini e Gobetti¹¹.

Bobbio (ao contrário de Gramsci, como veremos), propõe uma leitura menos “ideológica” e mais “científica” da teoria “democrática” das elites, já presente *in nuce*, senão em Pareto, no primeiro Michels e na doutrina da “classe política” de Gaetano Mosca¹².

Bobbio interpreta esta vertente democrática do elitismo “não tanto como a negação de existência de regimes democráticos, mas como uma redefinição que acabou por tornar-se preponderante na hodierna ciência política da Democracia”, ou seja, uma visão realista da “democracia como ela é”, e não idealista de “como ela deveria ser”.

Bobbio se insere assim entre os autores que se inspiraram na doutrina do elitismo democrático, como cientista político Robert Dahl¹³, o filósofo do direito Hans Kelsen¹⁴, o economista austríaco Joseph Schumpeter¹⁵.

O elitismo de esquerda

Quanto ao elitismo, apesar da palavra ter um sentido pejorativo, a teoria elitista *lato sensu* simplesmente reivindica a existência, em toda forma de governo, de um grupo dirigente, de uma classe política que governa, e de outro grupo que é governado. Os teóricos elitistas mais

¹⁰ IDEM, p. 387.

¹¹ BOBBIO, 2002, p. 261-284.

¹² BOBBIO, 1986, p. 387.

¹³ DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.

¹⁴ KELSEN, Hans. *Democracia*. São Paulo: Martins fontes, 2000.

¹⁵ SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961, p. 300.

conservadores “naturalizam” esta teoria considerando-a uma lei natural imutável, outros a historicizam, como uma lei histórica existente até agora.

Mesmo nas democracias diretas como Atenas na Antiguidade havia um elemento de elite, porque os cargos mais importantes, os de estrategos e de tesoureiros, eram escolhidos por eleição e não por sorteio e Péricles foi reeleito para o cargo mais de 18 vezes e dominou a cena política ateniense por mais de 30 anos¹⁶.

Mas também o marxismo, do ponto de vista do processo histórico real, foi um movimento político que realizou na prática a teoria elitista, na medida em que afirmou o papel do intelectual de elevar as massas a um saber “científico” já definido, que nada mais é que o próprio marxismo como materialismo histórico e dialético.

Neste sentido, afirma Bobbio: “A revolução bolchevique poderia ser catalogada como uma revolução de intelectuais” e não somente porque “a maioria da classe dirigente do grupo bolchevique era composta por membros da *intelligentsia*”, mas, sobretudo, porque os revolucionários eram conscientes de estarem realizando na prática uma das famosas teses de Marx nos escritos juvenis, ou seja, de que “a teoria também se torna força material quando se apodera das massas”¹⁷.

Ao final, o que são o vanguardismo leninista e a teoria e a prática do partido bolchevique na revolução russa, mas também a versão ocidental do “partido de quadros e de massa”, como “moderno príncipe” proposto por Gramsci e realizado na Itália do após-guerra por Togliatti, senão uma versão “de esquerda” da teoria das elites?

Gramsci, apesar de toda a sua originalidade, não deixa de ser um leninista que reflete sobre uma derrota e pensa a revolução nas condições mais complexas do Estado e da Sociedade Civil no “Ocidente”. Suas reflexões originais sobre o papel dos intelectuais orgânicos, o papel do partido como príncipe coletivo, o conceito de hegemonia política, elementos que, por sua vez se encontram no conceito de bloco histórico, apontam para um possível elitismo de esquerda também em Gramsci, mais refinado do que o de Lênin porque pensado para as condições da sociedade civil e do Estado no Ocidente¹⁸.

A teoria das elites exerceu uma grande influência na Itália em vários âmbitos ideológicos, ao ponto de Bobbio afirmar que é com os elitistas que nasce a ciência política

¹⁶ CANFORA, Luciano. *O mundo de Atenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

¹⁷ BOBBIO, N. *O filósofo e a política*. Org. por José Fernandes Santillan. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003, p. 458.

¹⁸ Ver: GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*. § 24. [72] História dos intelectuais. Caderno 13, § 6, e caderno 15, § 4.

italiana: “As bases para um estudo empírico da política foram colocadas na Itália por Mosca e Pareto. Pode-se considerar que a ciência política aparece na Itália em 1896, com os *Elementi di Scienza Politica*, de Mosca”¹⁹.

Os elitistas influenciaram também Gramsci, assim como outros intelectuais de esquerda, no período da formação do seu pensamento político e se tornaram posteriormente um dos principais interlocutores e adversários na fase madura da sua reflexão e ação política.

Bobbio ao estudar as influências na formação do pensamento político de Gramsci²⁰, mostra a importância da teoria das elites:

O que caracterizava o pensamento político italiano daqueles anos [após a Primeira Guerra Mundial] e o caracterizará também em seguida ao ponto de constituir uma espécie de marca registrada, era a teoria das elites, que podia contar com a autoridade de estudiosos como Pareto, Mosca e Michels. Mosca e Michel são bem conhecidos de Gramsci. Frequentemente citados e sempre maltratados com juízos severíssimos.²¹

Gramsci traça uma analogia entre os conceitos de classe política de Mosca e de elite de Pareto com a de intelectual e da sua função social:

Os *Elementi di scienza politica* de Mosca (nova edição ampliada de 1923) devem ser examinados para esta rubrica. A chamada “classe política” de Mosca não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante: o conceito de “classe política” de Mosca deve ser aproximado do conceito de “elite” de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social. (*Cadernos do Cárcere*, 8, vol. 2, p. 163. História dos intelectuais)²².

E polemiza com os elitistas, definindo o livro de Mosca *Elementi di Scienza Politica* como: “uma enorme mixórdia de caráter sociológico e positivista, com, além disso, a tendenciosidade da política imediata, o que o faz menos indigesto e literariamente mais vivaz”²³.

Além disso, considera pouco clara a teoria da classe política de Mosca:

¹⁹ BOBBIO, 2002, p. 16.

²⁰ BOBBIO, N. *Gramsci e os estudos políticos na Itália* In BOBBIO, N. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 89-106.

²¹ IDEM, p. 96.

²² Utilizaremos a edição brasileira: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 E a edição italiana: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007. 4v. (Edizione elettronica a cura dell'*International Gramsci Society*).

²³ Caderno II, § 24.

A questão da classe política, tal como apresentada nas obras de Gaetano Mosca, tornou-se um quebra cabeça. Não se compreende com clareza o que Mosca entende precisamente por classe política, tanto a noção é elástica e vaga. Algumas vezes parece que por classe política se deva entender a classe média, outras vezes o conjunto das classes possuidoras, outras vezes o que se denomina a “parte culta” da sociedade, ou o “pessoal político” (camada parlamentar) do Estado: por vezes, parece que a burocracia, até mesmo em seu estrato superior, esteja excluída da classe política, na medida em que deve ser precisamente controlada e guiada pela classe política. A deficiência da abordagem de Mosca reside no fato de que ele não enfrenta, em seu conjunto, o problema do “partido político”, [etc.] (*Cadernos do Cárcere*, 13, vol. 3, p. 22-23).

A respeito disso Bobbio se pergunta: “Mas tinha fundamento a refutação gramsciana da teoria das elites? Acima de tudo, era coerente com a sua análise da sociedade e da história? E com o seu programa de ação?” E responde que:

Não obstante esta intolerância com a obra mosquiana, talvez animada mais por motivos ideológicos que racionais, na concepção da história de Gramsci não é de modo algum estranha a ideia da função das elites na promoção dos avanços da sociedade²⁴.

Gramsci e a Teoria das elites

É este sentido que avançamos a hipótese de uma possível “teoria das elites gramsciana”.

O texto inicial para a nossa reflexão é o seguinte, como sempre um texto denso e complexo que precisa ser interpretado:

Deve-se mesmo dizer que os primeiros a ser esquecidos são exatamente os primeiros elementos, as coisas mais elementares; estes, por outro lado, repetindo-se infinitas vezes, transformam-se nos pilares da política e de qualquer ação coletiva. Primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda a ciência e a arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irredutível (em certas condições gerais). (*Cadernos do Cárcere* 15, vol. 3, p. 324-5).

Aparentemente Gramsci está aqui concordando com a irredutibilidade da existência de governantes e governados, como afirmavam os elitistas. Mas, na continuação do argumento o trata como um fato problemático, que precisa ser estudado para ver se e como pode ser superado:

²⁴ BOBBIO, 1999, p. 98-99.

As origens deste fato constituem um problema em si, que deverá ser estudado em si (pelo menos se poderá e deverá estudar como atenuar e fazer desaparecer o fato, modificando certas condições identificáveis como atuantes neste sentido), mas permanece o fato de que existem dirigentes e dirigidos, governantes e governados. Dado este fato, deve-se ver como se pode dirigir do modo mais eficaz (dados certos fins) e como, portanto, preparar da melhor maneira os dirigentes (e nisto precisamente consiste a primeira parte da ciência e arte política), e como, por outro lado, conhecem-se as linhas de menor resistência ou racionais para obter a obediência dos dirigidos ou governados. (*Cadernos do Cárcere*, 15, vol. 3, §4, p. 324-5).

O fato, mesmo problemático, existe e exige que se encontre a maneira mais eficaz para preparar os dirigentes para conseguir a obediência dos governados. E conclui este argumento indo ao âmago do problema:

Na formação dos dirigentes é fundamental a premissa. Pretende-se que sempre existam governantes e governados, ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desaparece? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico correspondente a certas condições? (*Cadernos do Cárcere*, III, 13, § 6, e caderno 15, § 4).

Gramsci, com a perspicácia e a lucidez que o caracterizam, percebe a relevância do desafio que a teoria das elites lança para a esquerda marxista e identifica a questão central do elitismo. O filósofo responde ao desafio historicizando a tese elitista, retirando-lhe o seu caráter de “lei natural e universal”, fundada numa característica permanente e imutável da natureza humana.

Porém, a historicização não é suficiente para afastar o desafio lançado pelos elitistas, tanto de um ponto de vista teórico como prático. Mesmo não sendo uma lei natural, ela é uma “lei ou um fato histórico” que até o momento dominou a história humana, e não há como saber se no futuro ela poderá ser finalmente superada²⁵.

²⁵ Há um debate interpretativo sobre o elitismo de Gramsci. Segundo alguns intérpretes, a teoria política gramsciana seria um desenvolvimento crítico da teoria de Mosca, tese defendida por Maurice A. Finocchiaro. Gramsci e Gaetano Mosca. In GIACOMINI Ruggiero, LOSURDO Domenico e MARTELLI, Michele (orgs). *Gramsci e l'italia*. Napoli: Città del Sole, 1994, pp. 114 e 120. Ao contrário, Carlos Nelson Coutinho comentando a frase dos cadernos do Cárcere em que Gramsci historiciza a tese dos elitistas, retirando-lhe o seu caráter de “lei natural e universal”, afirma que: “Esta posição historicista não deixa nenhuma dúvida sobre o fato de que Gramsci se afasta da “ciência política” do seu tempo – por exemplo, daquela formulada por Gaetano Mosca – com a mesma radicalidade com que Marx se afastava da economia política de Smith e Ricardo. COUTINHO, C. N. *De Rousseau a Gramsci. Ensaios de teoria política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2011, p. 114. Sobre a relação entre Gramsci e os elitistas ver: BIANCHI, Alvaro; ALIAGA, Luciana. Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana. *Análise social*, 203, XLVII (2.º), 2012

Gramsci deixa suspensa a questão, deixa entrever que esta distinção, sendo histórica, pode ser superada, mas não dá uma resposta clara. Sem querer exaurir o argumento muito complexo, nos parece que a resposta de Gramsci vai no sentido de uma persistência da *distinção*, ainda que radicalmente reformulada.

Pelo menos três elementos centrais do pensamento gramsciano levam a identificar uma presença relevante de uma teoria das elites no pensamento político do filósofo marxista italiano: o papel dos intelectuais, o papel do partido como príncipe coletivo, o conceito de hegemonia política; elementos que, por sua vez se encontram no conceito de bloco histórico.

Tentaremos definir alguns desses aspetos numa perspectiva de uma “teoria gramsciana das elites”.

Os intelectuais

Um primeiro diálogo com os elitistas se dá quando Gramsci aproxima a “classe política” de Mosca do conceito de “elite” de Pareto e lê os dois conceitos como tentativas de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais.

Os *Elementi di scienza politica* de Mosca (nova edição ampliada de 1923) devem ser examinados para esta rubrica. A chamada “classe política” de Mosca não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante: o conceito de “classe política” de Mosca deve ser aproximado do conceito de “elite” de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social (*Cadernos do Cárcere*, II § 24. História dos intelectuais).

A referência é obviamente à famosa distinção gramsciana entre intelectuais “tradicionais” e “orgânicos”, que segundo Bobbio, dava “seguimento, embora com espírito crítico, à linha que havia caracterizado a história do intelectual revolucionário, a da identidade entre compromisso político e compromisso cultural”²⁶. Gramsci havia afirmado nos *Cadernos do Cárcere* que:

Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo por causa das várias formas que assumiu até agora o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais. As mais importantes dessas formas são duas: 1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica,

²⁶ BOBBIO, 2003, p. 457.

cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político ((*Cadernos do Cárcere*, 12, vol. 2, p. 15: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo).

São esses os intelectuais “orgânicos” a uma determinada classe, que pode ser a classe dominante ou a nova classe em ascensão (o proletariado) a serviço da qual atuam na formação do consenso e da coerção social.

O intelectual tradicional é definido como um intelectual que está vinculado a uma classe e a uma estrutura social e econômica em decadência, mas que ainda persiste:

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou — pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias — categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (*Cadernos do Cárcere*, 12, vol. 2, p. 16).

Os intelectuais orgânicos à classe dominante são assim definidos:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, [...] 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (*Cadernos do Cárcere*, 12, vol. 2, p. 21).

O que interessa para a nossa hipótese é o caráter “essencial” que os intelectuais, orgânicos ou tradicionais, assumem na teoria gramsciana, para a conservação ou para a transformação da sociedade: o que mostra a *necessidade de uma elite*.

O papel dos intelectuais é tão relevante para Gramsci que encontramos uma afirmação surpreendente, que parece moldada na “lei férrea da oligarquia” de Michels. Ao falar da relação entre teoria e prática no materialismo histórico Gramsci afirma:

Todavia, nos mais recentes desenvolvimentos da filosofia da práxis, o aprofundamento do conceito de unidade entre a teoria e a prática permanece ainda numa fase inicial: subsistem ainda resíduos de mecanicismo, já que se fala da teoria como “complemento” e “acessório” da prática, da teoria como serva da prática. Parece justo que também este problema deva ser colocado

historicamente, isto é, como um aspecto da questão política dos intelectuais. Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa (e a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo) e submetida a duras provas. (*Cadernos do Cárcere*, 11, vol. 1, nota III, § 12, p. 104-5).²⁷

O intelectual orgânico não age de forma arbitrária e independente, ele age no interior de um sujeito coletivo que é o **partido**, o moderno príncipe. No caso do intelectual revolucionário o partido é o lugar onde ele pode exercer sua função transformadora, porque ao partido “compete, em primeiro lugar, como partido da classe trabalhadora, a tarefa da ‘reforma moral e intelectual’ da sociedade: o partido do proletariado será não somente um novo príncipe, mas também um novo intelectual (coletivo) e realizará, de uma nova maneira, a síntese entre teoria e prática”²⁸.

Uma parte importante do moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção do mundo. Também neste campo encontramos, na tradição, ausência de jacobinismo e medo do jacobinismo (a última expressão filosófica desse medo é a atitude malthusiana de B. Croce em face da religião). O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (*Cadernos do Cárcere*, 13, vol. 3, §1, p. 18).

A hegemonia ideológica: consenso e dominação

O tema da hegemonia em Gramsci é extremamente complexo. Vamos nos limitar aqui a algumas observações, sobretudo em relação ao papel dos intelectuais na luta pela hegemonia. O intelectual orgânico, atuando no Partido, exerce uma função de hegemonia ideológica, cultural e política na sociedade na administração do consenso e do domínio/dominação. Gramsci recebe o conceito de hegemonia de Lênin:

²⁷ É esta uma das poucas vezes que, pelo menos nos Cadernos, aparece a palavra vanguarda.

²⁸ GRAMSCI, in BOBBIO, N. O filósofo e a Política, 2003, p. 458.

§ 12. *Introdução ao estudo da filosofia*. A proposição contida na introdução a *Crítica da economia política*, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. Disto decorre que o princípio teórico-prático da hegemonia possui também um alcance gnosiológico; e, portanto, e nesse campo que se deve buscar a contribuição teórica máxima de Ilitch a filosofia da práxis. Ilitch teria feito progredir efetivamente a filosofia como filosofia na medida em que fez progredir a doutrina e a prática política. A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, e um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica (*Cadernos do Cárcere*, 11, vol. 1, §12, p. 320)

Simplificando, podemos dizer que hegemonia em Gramsci possui duas dimensões, uma cultural/intelectual, que mira o consenso na sociedade civil, e uma mais propriamente política, que visa à dominação através do controle do Estado. Ambas as dimensões são essenciais para a conquista do poder político; hegemonia é direção mais dominação.

Una classe è dominante in due modi, è cioè “dirigente” e “dominante”. È dirigente delle classi alleate, è dominante delle classi avversarie criterio storico-politico su cui bisogna fondare le proprie ricerche è questo: che una classe è dominante in due modi, è cioè «dirigente» e «dominante». È dirigente delle classi alleate, è dominante delle classi avversarie. Perciò una classe già prima di andare al potere può essere «dirigente» (e deve esserlo): quando è al potere diventa dominante ma continua ad essere anche «dirigente». (*Quaderno 1* § (44), p. 41. *Direzione politica di classe prima e dopo l'andata al governo*).²⁹

A hegemonia combina o consenso e a coerção, garantindo que uma classe seja dominante; contudo essa direção só é possível graças à *ideologia*, que, no pensamento gramsciano, é o vetor por excelência da hegemonia. A realização da hegemonia, enquanto combinação de força e consenso requer não somente o recurso aos aparelhos repressivos do Estado, mas também demanda uma formação cultural necessária à conformação da opinião dominante. O procedimento de adesão das classes subalternas passa então pelo convencimento nos diversos aparelhos privados de hegemonia: escola, Igreja, sindicatos, imprensa, partidos, etc.

Gramsci evidencia a importância dos sistemas ou dos aparelhos de hegemonia, em

²⁹ O texto não foi incluído na tradução brasileira de Carlos Nelson Coutinho.

particular a escola, entretanto amplia a relação escolar para uma relação pedagógica mais ampla:

Mas a relação pedagógica não pode ser limitada as relações especificamente “escolares”, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (*Cadernos do Cárcere*, 10, vol. 1, p. 399).

É assim que Gramsci propõe uma extensão do conceito de intelectuais, movidos pela tarefa de formar intelectuais coletivos na construção de uma hegemonia alternativa, responsáveis por organizar e formar consciência crítica em favor dos subalternos. Não se trata, pois, de manter a existência de intelectuais *exclusivos*, mas elevar todos à *função de intelectuais*, isto é, à sua *capacidade de dirigentes* na sociedade ³⁰.

A luta ideológica pela hegemonia cultural aparece assim necessária para a conquista do poder, que não pode se limitar à utilização da dominação e da força, sem passar pelo momento do consenso. Daí a importância dos intelectuais e da luta pela hegemonia cultural na sociedade civil: uma das principais contribuições e inovações de Gramsci em relação à concepção economicista do materialismo histórico reformista, e voluntarista do leninismo.

O bloco histórico

Intelectuais orgânicos, partido político e hegemonia confluem no bloco histórico: l’insieme complesso e disorde delle soprastrutture sono il riflesso dell’insieme dei rapporti sociali di produzione.” (*Cadernos do Cárcere* § 182). *Struttura e superstruttura*). A estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico, no qual os intelectuais exercem o a função da hegemonia e do consenso, como afirma Gramsci recuperando a concepção ético-política da história de Benedetto Croce:

³⁰ Esse aspeto precisaria ser aprofundado porque pressupõe uma adesão à tese protagoriana de que todos possuem a arte política, contrariamente às posições elitistas.

(...) o pensamento de Croce deve ser apreciado como valor instrumental e, assim, pode-se dizer que ele atraiu energicamente a atenção para o estudo dos fatos de cultura e de pensamento como elementos de domínio político, para a função dos grandes intelectuais na vida dos Estados, para o momento da hegemonia e do consenso como forma necessária do bloco histórico concreto. A história ético-política, portanto, é um dos cânones de interpretação histórica que se deve sempre ter presente no exame e no aprofundamento do desenvolvimento histórico, se e que se quer fazer história integral e não histórias parciais ou extrínsecas (*Cadernos do Cárcere*, 10, vol. 1, p. 283).

Na formação do bloco histórico o intelectual exerce uma função fundamental, mas alerta Gramsci somente se não se isola do povo-nação, se se relaciona com as paixões elementares do povo:

O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, **bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”**; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (*Cadernos do Cárcere*, vol. §67, p. 221-2)

A concepção superior do mundo, elaborada cientificamente é obviamente o socialismo científico, ou o materialismo histórico e dialético ao qual o povo-nação deve ser elevado ou educado através de uma relação orgânica (sentimental e intelectual), em que a distinção entre governantes governados, dirigentes e dirigidos não é eliminada, é mantida, mas articulada na formação do “bloco histórico”.

E conclui

Na ausência deste nexo, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico). Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o “bloco histórico”. (*Cadernos do Cárcere*, 11, vol. 1, p. 222).

No bloco histórico, entendido como “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura) unidade dos contrários e dos distintos”, na relação entre intelectuais e povo, apesar de todos os cuidados gramscianos contra o perigo dos intelectuais se tornarem uma casta, há uma profunda assimetria, na medida em que o papel do intelectual é elevar as massas ao saber científico já definido, que nada mais é que o marxismo.

Concluindo

Afirmar as semelhanças entre a teoria elitista e a teoria gramsciana, enquanto elitismo “de esquerda”, não significa negar as diferenças não somente com os teóricos elitistas “clássicos”, mas também com os teóricos elitistas liberais e democráticos.

Gramsci reconhece a competência política para governar e serem governados a todos, inclusive às classes populares tradicionalmente excluídas do poder político e consideradas ignorantes e incompetentes; ao contrário dos elitistas que reservavam a competência política e a função dirigente a um restrito grupo aristocrático ou oligárquico.

Gramsci atribui ao proletariado e às classes subalternas, um protagonismo político que vai além da simples “circulação das elites” de Pareto, que nada mais é do que uma cooptação de novas elites no grupo dirigente. Gramsci, ao contrário, pensa a uma circulação das elites em que as classes subalternas assumem o papel de grupo dirigente tendo como horizonte a superação da divisão entre governantes e governados.

Nesse contexto, atribui aos intelectuais uma relação mais orgânica e inclusiva com as massas tradicionalmente excluídas do poder. A relação intelectual/massa é uma relação dialética que vai em duas direções, do saber popular para o científico e vice-versa e desconstrói a ideia de uma massa somente passiva.

A afinidade maior com os elitistas me parece ser o reconhecimento por parte de Gramsci da existência de governantes e governados, não como um fato “natural”, mas como um fato histórico que deve ser estudado e possivelmente superado; mas que existe, e que exige a formação de uma elite ou classe dirigente. Aqui quem fala não é somente o teórico, mas o dirigente político, que deve tomar decisões no embate político.

O capitalismo já criou essa classe, através dos seus intelectuais orgânicos (e também na retaguarda dos intelectuais tradicionais) nas suas múltiplas formas. É preciso que a classe trabalhadora crie os seus intelectuais orgânicos. O partido político como moderno Príncipe é o lugar onde se dá essa formação, um partido de quadros e de massa, ao mesmo tempo, onde os intelectuais assumem um papel dirigente, mas a massa mantém um papel ativo e positivo. Se

veja a crítica de Gramsci ao conceito de revolução passiva ou revolução pelo alto.

Com a teoria dos intelectuais, do partido, da hegemonia ideológica e do bloco histórico, Gramsci propõe uma versão de esquerda da “lei férrea da oligarquia”, de Michels:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes. (*Cadernos do Cárcere*, 11, vol. 1, nota III, § 12, p. 104-5).

Essa relação vanguarda-massa, com vistas a promover uma hegemonia ideológica, tem algo a ver com a relação elite-massa, na versão democrática do elitismo de Schumpeter, que definia a democracia como uma competição entre elites pela disputa do consenso popular. Mas é também profundamente diferente, porque os elitistas democráticos eram liberais que não tinham o ambicioso objetivo de representar a “autoconsciência da missão histórica” de uma classe, do proletariado, mas de representar interesses.

E aqui entra uma ambiguidade do pensamento gramsciano (e marxista em geral) em relação ao conceito de ciência que está pressuposto: enquanto os elitistas utilizavam um conceito de ciência “positivista”, Gramsci utiliza um conceito de ciência “historicista”.

O pressuposto, nem tanto implícito, dessas afirmações é que o “povo”, a “classe trabalhadora”, o “proletariado” e a “multidão”, conforme os diferentes contextos e ideologias possui um interesse unívoco enquanto classe oprimida. Segundo os cânones do materialismo histórico e dialético, entendido como “ontologia do ser social”, a condição econômico-social determina ou condiciona a consciência social. Essa consciência de classe, porém, não nasce espontaneamente, cabe ao partido, como intelectual coletivo, elevar a autoconsciência da massa ao nível da sua missão histórica.

Esse é o pressuposto profundo do elitismo cientificista (socialismo científico) e, ao mesmo tempo, messiânico (filosofia ou teologia da história secularizada) do marxismo: elevar a classe trabalhadora ao reconhecimento dos seus “verdadeiros” interesses, mesmo “contra” a própria classe trabalhadora, quando ela não reconhece que esses são os seus verdadeiros interesses. Isso abre toda a discussão que Bobbio enfrenta, em várias passagens sobre o marxismo, como filosofia da história e os seus êxitos autoritários.

Cabe aqui citar uma passagem das mais esclarecedoras, do ensaio de Bobbio, intitulado *Os intelectuais*, da antologia organizada por Santillán:

Quando Marx, num texto da juventude, enunciava sua famosa tese de que “a teoria se transforma em poder material tão logo se apodera das massas”, de que “a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, assim como o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais”, e de que “a filosofia não pode realizar-se sem suprimir o proletariado, e o proletariado não pode abolir-se sem antes se realizar na filosofia”, ele enunciou as premissas e propôs o ideal da identificação entre teoria e prática³¹.

Marx colocou assim sobre as costas do proletariado o pesado fardo de ser o herdeiro e realizador da filosofia clássica alemã³².

As reflexões originais de Gramsci sobre o papel dos intelectuais orgânicos, o papel do partido como príncipe coletivo, o conceito de hegemonia, elementos que, por sua vez, confluem no conceito de bloco histórico, apontam para um elitismo de esquerda, também em Gramsci, mais refinado e complexo do que o de Lênin, porque pensado para as condições da sociedade civil e do Estado no Ocidente e mais inclusivo e dialético dos elitistas clássicos e liberais; mas que não deixa de ser uma forma de elitismo.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Alvaro; ALIAGA, Luciana. **Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana.** *Análise social*, 203, XLVII (2.º), 2012

BOBBIO, Norberto et alii. **Dicionário de Política.** Brasília: UNB, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre a ciência Política na Itália.** Brasília: UnB, 2002.

BOBBIO, N. Gramsci e os estudos políticos na Itália. In BOBBIO, N. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, N. **O filósofo e a política.** Org. por José Fernandes Santillan. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

CANFORA, Luciano. **O mundo de Atenas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci.** Ensaio de teoria política. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição.** São Paulo: EDUSP, 1997.

FINOCCHIARO, Maurice A.. Gramsci e Gaetano Mosca. In GIACOMINI Ruggiero,

³¹ BOBBIO. 2003, p. 459.

³² Ver, TOSI, G. Democracia, Liberalismo e Socialismo em Norberto Bobbio. Uma resposta a Vitullo e Scavo. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos.* Bauru, v. 5, n. 2, p. 51-78, jul./dez., 2017 (9)

LOSURDO Domenico e MARTELLI, Michele (orgs). *Gramsci e l'Italia*. Napoli: Città del Sole, 1994.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 6 vols. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007. 4v. (Edizione elettronica a cura dell'*International Gramsci Society*).

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

KELSEN, Hans. **Democracia**. São Paulo: Martins fontes, 2000.

MOSCA, Gaetano. **Elementi di scienza politica**. 2ª ed. Torino: F.lli Bocca, 1923.

PORTINARO, Pier Paolo. Il realismo politico. Roma-Bari: Laterza, 1999. Trad. espanhola: **El realismo político**, Buenos Aires: Editorial Nueva Visión, 2007.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

TOSI, G. **Democracia, Liberalismo e Socialismo em Norberto Bobbio**. Uma resposta a Vitullo e Scavo. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 5, n. 2, p. 51-78, jul./dez., 2017 (9)